

NOVA ÁGUIA

Revista de Cultura para o Século XXI

Nº 38 — 2º SEMESTRE 2026

ENSAIO & POESIA | TEMAS & AUTORES

“A verdadeira força de Portugal reside na energia e tradição do seu povo, que deve superar o pessimismo e a má política através de uma renovada fé no legado histórico da nação.”

ANTÓNIO SARDINHA

nos 100 anos da sua morte
O INTEGRALISMO LUSO-BRASILEIRO

nos 90 anos de
António Braz Teixeira

OUTROS VULTOS
OUTROS VOOS

Zéfiro




Esta obra não pode ser reproduzida ou transmitida por
qualquer processo à excepção de excertos para divulgação.
Reservados todos os direitos, de acordo com a legislação em vigor.

TÍTULO

Nova Águia – N.º 38 – 2.º Semestre 2026

AUTORES

Vários Autores

DIRECTOR

Renato Epifânio

VÍCE-DIRECTORES

António José Borges, José Almeida, Luís Lóia, Luís de Barreiros Tavares, Maria João Carvalho,
Maria Luísa Francisco, Nuno Sotto Mayor Ferrão e Samuel Dimas

ILUSTRAÇÕES (INTERIOR)

Délio Vargas

CAPA

Fotografia de António Sardinha

PAGINAÇÃO

Miguel Oliveira

EDITOR

Alexandre Gabriel

1ª EDIÇÃO: Setembro de 2026

ISSN: 1647-2802

DEPÓSITO LEGAL: 276 328/08

IMPRESSÃO: DPS

© 2026, Nova Águia & Zéfiro



Zéfiro – Edições e Actividades Culturais, Unipessoal Lda.

Apartado 21 – 2711-953 Sintra – Portugal

EMAIL: zefiro@zefiro.pt



WWW.ZEFIRO.PT

(des)ocultar, e, em simultâneo, é um convite ao intérprete para entrar no espiritual trabalho de (des)ocultação de si mesmo. Tal assume-se como urgência nesse presente tempo dos cliques, dos *fake*, dos “egos”, em suma, nesse tempo de um pensamento *já pensado em termos de sentido*. Os seus quadros coagem-nos a um gesto de “parar para pensar”. Pensar por nós mesmos: tomar distância para melhor poder (re)aproximar-se de si. Pensamento pensante!

Esta mostra de quadros é exemplo de quão pintura e filosofia, histórico-artisticamente matéria de diálogo entre Maurice Merleau Ponty e Paul Cézanne (sem olvidar infinitos exemplos que poderiam ser mencionados), procuram celebrar-se no partilhável gesto de ler a prosa do mundo na sua real manifestação. Fora assim que há já

alguns anos, em conversa com o artista acerca de um dos seus quadros em plena exposição no Centro Cultural Português (CCP – Praia), apelidámo-lhe de “ocultação”, devido a forte presença mística, filosófica e transcendental desse e de outros quadros, o que me motivou a adquirir o mesmo. Curiosamente, não imaginávamos que ora em 2026, em pleno labor curatorial com o pintor, apelidaríamos, juntos, a sua nova exposição de “Ocultação”. O interessante é que (des)ocultação, na linha pictórico-poética de Paulo Rosa, é já (ou está sendo já) um signo, um símbolo e um estilo de vida artística.

Esta exposição permite, assim, ao intérprete, no seu sentido geral, e ao caboverdiano, no seu sentido particular, educar-se numa postura de desvelamento de si através da arte.

SENA FREITAS E O BRASIL

José Luís Brandão da Luz

1. A MISSÃO

A ligação de Sena Freitas ao Brasil, de onde o pai era natural, em virtude de o avô paterno ter vivido no Rio de Janeiro, acompanhando D. João VI, de quem foi conselheiro, explica-se fundamentalmente por razões religiosas, embora a sua última viagem, realizada após a revolução republicana de 5 de outubro de 1910, possa ter estado ligada a condicionalismos de ordem política. A primeira estadia teve lugar entre 1865 e 1872, logo após ter sido ordenado sacerdote, e respondeu ao desejo de desenvolver o múnus sacerdotal em terras de missão. Foi nessa altura que, após breve passagem por Portugal com o propósito de se despedir da família, partiu para “o império do Brasil” a fim de se dedicar às “missões do alto sertão”, onde diz ter permanecido oito anos¹ consagrados ao ensino

e à missão. Percorreu “sucessivamente as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Baía, Ceará” (*Ibidem*), mas, como escreveu na autobiografia, os primeiros quatro anos no Brasil foram dedicados ao magistério no seminário do Caraça, em Minas Gerais, onde regeu as cadeiras de Teologia Dogmática e de Sagrada Escritura. Neste período, exercia a atividade missionária apenas no tempo de férias, e só quatro anos depois, a insistentes diligências suas, é libertado das funções docentes para se dedicar em exclusivo à missão. É então transferido para a Baía, onde pregou várias missões no interior daquele estado e também no Ceará.

Em apêndice ao volume II do livro *No Presbitério e no Templo*, o autor insere a admirável reportagem de uma dessas missões, descrevendo alguns cenários do interior do Brasil. A viagem de barco leva-o de Salvador para o interior da Baía através do rio Paraguaçu, por entre uma luxuriosa vegetação, fauna fabulosa e

¹ Cf. Sena Freitas, *No Presbitério e no Templo*, v. II, “Em Apêndice”, pp. 260-262.

rica produção de palmito, algodão, mandioca e cana-de-açúcar. A descrição do ambiente familiar da fazenda, onde é acolhido para pernoitar, mais o seu companheiro de viagem, apresenta o ordenamento das diversas instalações, desde “as barracas de emboco” que formam “as *senzalas* dos escravos”, passando pela vacaria e pelo *sequeiro* destinado à secagem do tabaco, até à casa senhorial, com o seu *avarandado* e bulício do “magote de escravinhos e escravinhas” a sair em correria da cozinha para saudar os visitantes antes do jantar, que é servido com grande variedade de iguarias. O ponto central é a descrição da “missão”, que tem início com uma recepção festiva por parte duma população entusiasta que se reúne aos milhares, ao ar livre, para participar nos exercícios da missão. A travessia da floresta, após pernoita na fazenda, é ocasião para admirar a sua harmonia, como sinal da ação criadora de Deus (*ibidem*, pp. 288-289), assim como para uma reflexão sobre a escravidão no Brasil, que diz ser um “herpes medonho do império brasileiro” (*Ibidem*, p. 284), mas que tende a ser abolida pela aprovação no parlamento da “lei da emancipação do filho do escravo” (*Ibidem*, p. 210).

2. A EDUCAÇÃO

A segunda estadia no Brasil decorreu entre 1885 e 1894 e teve a duração de nove anos². Foi precedida de uma permanência de doze anos em Portugal, onde esteve, parte desse tempo, ao serviço do colégio lazarista de S.ta Quitéria, em Felgueiras, em ambiente pouco acomodado às regras da ordem, de que acabou por se desvincular. Neste período em que viveu em Portugal, a par da atividade docente, manteve intensa colaboração na imprensa, alimentando polémicas nos jornais e escrevendo artigos doutrinários e de incitamento à participação cívica e política³. Assume especial relevo a intensa atividade que desenvolveu contra a propagação das ideias

materialistas e positivistas⁴, que eram particularmente hostis à influência da religião e da Igreja Católica na vida social e política do país.

No segundo regresso ao Brasil, retoma a atividade docente, nomeadamente, no Seminário de São Paulo e, mais tarde, na direção de um colégio com o seu nome, em Jundiaí, nos subúrbios de São Paulo. No discurso que pronunciou, a 28 de julho de 1886, por ocasião da respetiva inauguração, apresenta a “ilustração” e a “moralidade” como vetores orientadores da ação educativa que se propunha incrementar. Na eloquência programática das palavras proferidas pelo diretor do novo colégio, estes princípios são as duas asas que poderão elevar as crianças acima dum estado de natureza, a que a componente orgânica ou corporal as sujeitava, e qualificá-las como membros ativos e cultivados da sociedade. Esta mesma conceção é também apresentada a propósito da formação do clero, a qual deverá associar a instrução intelectual e a educação moral.

A escola, que inicia a criança nas bases do conhecimento e da virtude, é designada, à maneira de Coménio, por “oficina” de preparação para a vida. Nela se completam, de forma programada e consistente, os primeiros ensinamentos ministrados pela família, em particular pelas mães, na formação espiritual dos filhos. O colégio de Jundiaí propõe cumprir a tarefa de despertar a criança “do sono infantil” (*Ibidem*, p. 185), em que o lar familiar a embalava, e promover a sua iniciação nos diferentes domínios do saber. Tinha capacidade para ministrar o ensino primário das primeiras letras, assim como a iniciação ao latim, francês, inglês e italiano, a 50 rapazes, entre os 7 e os 12 anos. Completava este currículo outras disciplinas, como geografia, aritmética, ginástica, natação, instrução

² José Luís Brandão da Luz, “Sena Freitas e as viagens ao serviço da cultura e da religião” em *Os Açores na Filosofia e nas Ciências. Estudos I*, pp. 296-298.

³ Cf. Luís Machado de Abreu, “A política da palavra em Sena Freitas”, em Luís Machado de Abreu e outros (coord.), *Homem de Palavra – Padre Sena Freitas*, pp. 54-56.

⁴ Cf. José Luís Brandão da Luz, “Sena Freitas e o combate à filosofia positivista”, em José Luís Brandão da Luz, *Os Açores na Filosofia e nas Ciências. Estudos I*, pp. 295-312; J. Pinharanda Gomes, “O padre Sena Freitas: Apologia e Filosofia ante o positivismo”, em Luís Machado de Abreu e outros (coord.), *Homem de Palavra – Padre Sena Freitas*, pp. 313-332; Idem, “A crítica do positivismo pelo padre Sena Freitas”, *ibidem*, pp. 31-44.

religiosa e aulas de civildade⁵. A longa experiência de educador, “de vinte anos de colégios, já como aluno, já especialmente como professor e inspetor gimnasial, assim no Brasil como na Europa”⁶, inspirou as linhas-mestras do desenho que traçou da personalidade moral do dirigente educativo, que se não poderia limitar apenas às aptidões literárias e científicas que lhe conferiam habilitação idónea. Com efeito, assevera o orador e diretor do novo colégio, para além das qualificações científicas,

as qualidades morais são indispensáveis para o desempenho complementar desse mesmo cargo, como as que constituem o educador paciente, circunspecto, zeloso, invencivelmente bom, mais amigo que autoridade, mais pai que superior, mais mãe ainda que pai. Eu sei que o diretor digno desse nome há de ser uma solicitude sempre de pé, uma vigilância nunca surpreendida pela incúria, uma síntese perfeitamente combinada de gravidade que não descambe para severidade, de jovialidade que não degenera em espírito de camaradagem, de benignidade que se não converta em convivência nem em fraqueza, um cronómetro vivo na exatidão dos seus deveres, uma vida exemplar que seja o comentário persuasivo da direção dada, uma providência inteligente que a tudo atende e tudo previne, enfim, um homem à parte que saiba reunir à paciência das águas dormentes, a rigidez do aço, a macieza do musgo, a dedicação de um mártir e a persistência do tempo (Ibidem, pp. 180 -181).

Na declinação de todos estes predicados, ressaltam os ingredientes de base da atmosfera familiar que deverá envolver a comunidade educativa da escola. As ligações afetivas que lhe conferem coesão integram a observância duma disciplina que não transige com desvios intoleráveis dos percursos que todos devem seguir. Incumbe ao pedagogo estar sempre desperto aos ritmos diferenciados da adaptação de cada criança para que o bom clima coletivo que todos os elementos da escola deverão respirar nunca fique inquinado.

A escola aparece como lugar de difusão de saberes e treino de condutas que os mestres transmitem a todos, sem exceção, iniciando os alunos na assimilação dos parâmetros que lhes hão de assegurar a futura inserção na ordem social do mundo dos adultos.

A docilidade e a paciência exigidas ao educador têm fundamentalmente em vista os “altos” propósitos dum ensino modelar que, pela exemplaridade dum magistério sempre presente e atuante, tanto na sala de aula como no recreio, oriente a criança segundo as exigências e as conveniências do interesse geral da sociedade. É preocupação primordial do ensino cuidar da doutrinação, transmitindo ao aprendiz da arte de ser adulto o que ele precisa saber para uma integração harmónica na ordem social. Ao *magister*, que modela as consciências, pelo exemplo e pelo ensino que ministra a todos, não compete dispensar uma atenção especial para com os interesses e exigências que as crianças possam manifestar na constituição dum percurso próprio e autónomo. A liberdade individual não justifica opções que comprometam o crescimento intelectual e moral, segundo as expectativas dos bons e salutareos costumes sociais. A criatividade e a individualidade terão de ser aferidas pela austeridade dos padrões inspiradores dos imperativos do interesse coletivo.

Compete à ação formativa da escola conduzir, com passos seguros, o andamento da classe para os resultados que o empenhamento coletivo dos mestres tem a obrigação de promover. Nesta conceção de ensino altamente padronizado, as inclinações e as necessidades específicas de cada um subordinam-se ao fim natural da escola, conforme a orientação que a doutrina tradicional consagra. Não compete aos alunos modificarem as normas que regulamentam o funcionamento da escola, muito pelo contrário, os princípios e regras que a estruturam são anteriores à sua entrada na instituição. Deste modo, a relação com a escola compreende-se em termos de adesão aos seus fins próprios: cada criança deverá subordinar-se às regras estatuídas, para não provocar desvios que desfigurem a sua constituição. Sobressai nesta conceção uma visão da escola predominantemente institucional, com a

⁵ Cf. Paulo de Assunção, “Itinerários... de um viajante”, em P.e Sena Freitas, *Viagem a Istambul*, pp. 22-27.

⁶ Sena Freitas, “Observações críticas sobre a educação colégioal...”, em *Observações Críticas e Descrições de Viagens, I. Crítica*, p. 180.

missão de preparar os jovens para o desempenho das principais tarefas de que a sociedade carece. A sua incumbência principal será, pois, manter, com regularidade e sem sobressaltos, a função de dar cumprimento ao processo de aculturação, que deverá garantir a continuidade da vida social. Transmite-se, assim, uma visão conservadora da escola, a quem incumbe modelar a personalidade dos jovens educandos, de modo a assegurar a renovação dos quadros dirigentes da sociedade e assim perpetuar as suas referências culturais e morais. A ação da escola centra-se na autoridade dum ensino que difunde o saber e o exemplo do mestre, pouco sensível à criatividade da criança e ao ritmo do processo de aprendizagem próprio de cada uma.

3. AS VIAGENS

O rol de viagens de Sena Freitas inclui visitas a diversas províncias do Brasil e ao interior de Portugal, que percorreu de norte a sul, mas ainda a vários países da bacia do Mediterrâneo, até Istambul, e a algumas cidades de Espanha, França, Bélgica, Inglaterra, Irlanda, Suíça, mas também da Argentina e do Uruguai. Durante a sua segunda estadia no Brasil, escreveu relatos de uma visita a S. Paulo, que lhe deixou, logo à primeira vista, a impressão de ser “uma cidade brasileira de primeira ordem”⁷. S. Paulo fazia-lhe recordar as cidades da Inglaterra ou do norte de França, graças à renovação que conheceu nos últimos anos. Os vestígios longínquos das suas origens desapareceram em nome de um progresso urbanístico, industrial e comercial imparável. O autor chega mesmo a assinalar o início da transformação da maior cidade brasileira de hoje que, em sua opinião, “data de meia dúzia de anos, quando muito de 1880 para cá” (*Ibidem*, p. 170), o que torna a sua narrativa um testemunho do nascimento da grande metrópole da América do Sul.

A sua viagem prosseguiu para a cidade portuária de Santos, “a interessante capital marítima do comércio paulista” (*Ibidem*, p.165). A descida efetuou-a a partir de S. Paulo, através da serra,

por via-férrea e por entre medonhos precipícios: “Matas espessas ondulando do verde-glaucó ao gaio, afestoam as espaldas profundas da serra como se fossem a basta felpa do lombo de um imenso mastodonte” (*Ibidem*, p. 153). Junto ao mar, a cidade vive na agitação de muita gente que negocia, de carroças que transportam sacos de café para o porto e de carregadores que fazem a estiva dos barcos. O comércio do café é a grande riqueza desta cidade do Estado de S. Paulo e o precioso grão encontra-se por toda a parte:

Santos cheira a café cru (...). Café nos armazéns, na rua por entre as pedras e nos passeios, café nas carroças que o transportam, café às costas dos carregadores que o levam da praia para bordo através de tabões suspensos, café nos escritórios dos comissários, em amostras, em balsâmica infusão, às 6 horas, às 10 horas da manhã, às 2, às 5, às 7 da tarde, às 8, 10 e 12 da noite; café na boca dos negociantes que dele fazem o elenco único, obrigatório de conversação, no noticiário do jornalismo da cidade, café nos ouvidos e no nariz do pobre viajante. Uff! (*Ibidem*, p. 160).

A falta de um cais de embarque e desembarque de passageiros e mercadorias é uma limitação que, na altura, estaria já a ser resolvida: “Felizmente já se principiaram os trabalhos do cais e vão progredindo tanto quanto uma coisa pode progredir nos países do sol” (*Ibidem*, p. 163). A nível religioso, as igrejas são amplas e limpas, mas a prática cristã é quase nula, mesmo aos domingos: “Lembro-me de ter celebrado missa na Misericórdia de Santos, por ocasião das festas de Natal e Reis, no ano de 1887. Não estou certo se a assistência montou a 8 pessoas, mas quer-me parecer que o número não era tão alto”! (*Ibidem*, p. 164).

Em Santos, tomou o vapor Rio de Janeiro com destino ao Rio Grande do Sul. A viagem teve a duração de seis dias e a sua descrição dá bem conta das vicissitudes que, na altura, semelhante empreendimento representava. A ancoragem do barco junto a várias cidades, onde fez escala ao longo do percurso, permitiu visitas rápidas, ganhando relevo a aventura que viveu ao meter-se numa piroga para ir a uma delas (cf. *Ibidem*, pp. 213-214) e a travessia da barra do Rio Grande, cidade no meio de planícies extensas,

⁷ Sena Freitas, *Observações Críticas e Descrições de Viagem, II. Entre Mares e Lares*, p. 169.

abundantes em manadas de gado vacum e cavalos, que aparenta algum progresso, “mas que de chofre parou e permaneceu como enquistada” (*Ibidem*, p. 227). As referências à passagem por Santa Catarina são breves e pouco animadoras. A paragem do barco permitiu apenas a visita rápida e acidentada à ilha de S. Francisco e depois à ilha do Desterro que, “vista do porto, tem exatamente a configuração de uma ferradura” (*Ibidem*, p. 215). Não vislumbrámos qualquer referência à colonização açoriana da Ilha de Santa Catarina, que havia sido iniciada em meados do século XVIII.

A descrição de Buenos Aires, apesar do pouco tempo em que lá permaneceu, não deixa de ser curiosa pela apreciação que faz da artificialidade do estilo de vida dos seus habitantes. A impressão geral que fica é a de nos encontrarmos numa “cidade elegante, moderna, europeia às direitas, bonita, e até em algumas coisas *coquette*. Nada lá aparece dessa catadura severa, pesada e bolorenta das velhas cidades da Europa (...). Ostenta a juventude garrida e viçosa das cidades construídas de ontem” (*Ibidem*, pp. 240-241). O traçado geométrico das ruas acolhe suntuosas moradias, autênticos palácios e palacetes, com uma arquitetura monumental e luxuosa, que o autor descreve com algum pormenor e estupefação, em virtude de os seus proprietários serem pessoas vulgares da classe média, sem pergaminhos de nobreza. Esta sumptuosidade manifesta-se também no vestir e na maneira geral de viver, em tudo semelhante a Madrid e Barcelona, pelo menos no que se refere à grande animação que a vida noturna conhece.

A situação económica do país está em profunda crise não só por causa da má gestão governativa, mas também devido à própria “prodigalidade dos capitalistas argentinos que, se ganham mil contos despendem novecentos e noventa e nove em casarias, equipagens, *bibelots* de alto preço” (*Ibidem*, p. 260). O sentimento religioso encontra-se bem enraizado na população, como se depreende dos numerosos templos de que dispõe e da sua luxuosa decoração. A frequência às missas é elevada e no interior dos templos é usual “encontrar alguns homens e principalmente mulheres em devota postura de oração,

em qualquer dia da semana e a qualquer hora do dia” (*Ibidem*, p. 256).

A reduzida vegetação de Buenos Aires, que se estende “sobre uma planície rasa como um soalho e vastíssima como uma estepe” (*Ibidem*, p. 241), é compensada por alguns dos seus recantos, como a Recoleta, um jardim com muitas plantas exóticas, e o Tigre, nos arredores da capital, que é um emaranhado de canais que circundam inúmeras ilhotas pujantes de vegetação. O autor visitou ainda algumas cidades satélites, como Rosário e La Plata, e terminou a viagem no Uruguai, na alegre e graciosa cidade de Montevideu, onde as casas se dispõem em anfiteatro, em ruas que descem das colinas até ao rio (cf. *Ibidem*, p. 289).

*

Os relatos de viagem, em que o autor dá largas à sua inegável veia literária, não só permitem a Sena Freitas traçar a fisionomia das cidades, o estilo de vida dos seus habitantes, o nível de desenvolvimento económico e social das populações, o seu índice de elevação cultural e de envolvimento na prática religiosa, mas oferecem-lhe também, regularmente, boas ocasiões para introduzir pequenos apontamentos de feição catequética sobre temas teológicos e até filosóficos, certamente com o intuito de robustecer as convicções religiosas do leitor cristão e até esclarecê-lo em questões práticas de ordem moral. Tomamos como exemplo destas situações, que depõem a favor do empenho apostólico de Sena Freitas em exercer o seu ministério em todos os lugares e circunstâncias, o diálogo travado num encontro casual com um conhecido seu, na paragem de autocarro, no largo do Rosário, em S. Paulo. Para contrariar a descrença do interlocutor acerca da existência de Deus, Sena Freitas expõe o argumento de que Deus constitui um pressuposto necessário para a compreensão racional da origem do Universo. Confrontando a explicação da origem do mundo como podendo ter sido, ou obra de Deus, ou então um simples produto do acaso, somos forçados a afastar esta última hipótese por se mostrar, pela sua irracionalidade, incompatível com a harmonia da natureza, cuja regularidade,

expressa pelas leis da ciência, pressupõe a existência duma suprema inteligência ordenadora (cf. *Ibidem*, pp. 186-188). Enquanto viajava, Sena Freitas não perdia de vista a sua condição, aproveitando todas as ocasiões para catequizar e instruir, mas também para deixar reflexões sobre os mais variados assuntos, como a experiência missionária no Brasil, a importância da ciência na formação dos jovens e do clero, as condições sociais e políticas dos operários, o papel social da religião e da tolerância religiosa, a par da exaltação da natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Sena Freitas, José Joaquim de, *Viagem a Istambul* [1909], ed. de Annabela Rita e Paulo de Assunção, S. Paulo: Arké Editora, 2005.

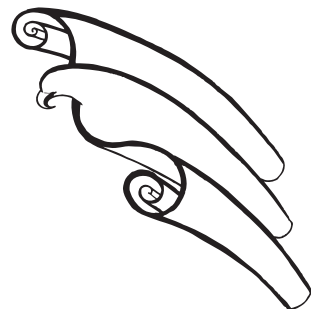
Sena Freitas, José Joaquim de, *Observações Críticas e Descrições de Viagem, II. Entre Mares e Lares* [1891], Rio de Janeiro: Companhia Imprensa, 1991.

Sena Freitas, José Joaquim de, *Observações Críticas e Descrições de Viagens, I. Crítica*, Campinas: Tipografia Livro Azul, 1888.

Sena Freitas, José Joaquim de, *No Presbitério e no Templo*, v. II, 2.^a ed., Lisboa: Lallement Frères, 1884.

Brandão da Luz, José Luís, *Os Açores na Filosofia e nas Ciências. Estudos I*, Ponta Delgada: Letras Lavadas Edições, 2018.

Machado de Abreu, Luís e outros (coord.), *Homem de Palavra – Padre Sena Freitas*, Lisboa: Roma Editora, 2008, pp. 43-58.



OUTROS VOOS

**Para contrariar a descrença
do interlocutor acerca
da existência de Deus,
Sena Freitas expõe o argumento
de que Deus constitui um
pressuposto necessário para
a compreensão racional da
origem do Universo...**